

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE NAS
COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS**

Rafaela Manfredini Lazzarim

**Florianópolis
2017**

Rafaela Manfredini Lazzarim

**NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE
NAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof^o. Carlos Eduardo Facin Lavarda, Dr.

**Florianópolis
2017**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela saúde e por ter permitido chegar até aqui confiante.

A minha família, por sempre me apoiarem a iniciar mais uma graduação, especialmente minha mãe Rosilaine Dal Toé Manfredini e meu irmão Carlos Alberto Lazzarim Junior, que foram os maiores responsáveis para que isso acontecesse, e mesmo não estando presentes todos os dias, torceram por mim, me ajudaram quando necessário, foram meus maiores incentivadores.

Ao meu noivo, Filipe Linemburger, que teve participação importante do decorrer dos anos com seus conselhos, seu companheirismo, acreditou em mim e tornou essa caminhada mais leve.

Aos colegas e amigos, obrigada pelas conversas, troca de informações, pelo tempo passado junto. Cada contribuição de vocês para minha vida profissional foi de extrema importância.

Ao orientador, demais professores e a toda universidade, por todo o suporte e conhecimento repassado.

Aos meus anjos da guarda, que sempre me deram forças quando eu precisei, e em nenhum instante me deixaram desistir.

A todos que participaram de alguma maneira desse momento, meu muito obrigada!

RESUMO

LAZZARIM, Rafaela Manfredini. **Nível de Evidenciação do Ajuste a Valor Presente nas Companhias de Capital Aberto Brasileiras**. 2017. 44 fls. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

A presente pesquisa teve como objetivo verificar a relação do nível de evidenciação em atendimento aos critérios dispostos no CPC 12, referente ao Ajuste a Valor Presente com as características das empresas que negociam ações na BM&FBovespa nos anos de 2013 a 2015. Para isso, com base no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 12 foram reconhecidos 13 indicadores passíveis de divulgação pelas companhias, e verificou-se sua aderência por 60 empresas pertencentes ao setor de Bens Industriais listadas na BM&FBovespa. Constatou-se que as empresas possuem um grau de evidenciação entre 5 a 7 itens às orientações do CPC 12, e não houve evolução considerável no decorrer dos anos 2013, 2014 e 2015. Com o teste não paramétrico de diferenças de médias de Kruskal-Wallis, não foram identificadas diferenças significativas quando da comparação da média de itens do AVP divulgados para características como subsetor, nível de governança corporativa, e rentabilidade das empresas. Apenas nos anos 2013 e 2014 foram identificadas diferenças significativas para a característica grau de endividamento, e no ano 2015 para a característica tamanho das empresas.

Palavras-chave: Ajuste a Valor Presente. CPC 12. *Disclosure*. Evidenciação.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de evidenciação	22
Quadro 2 – Variáveis.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação dos subsetores na amostra.....	21
Tabela 2 – Teste de diferença de médias entre AVP e Subsetor ano 2013.....	27
Tabela 3 – Teste de diferença de médias entre AVP e Subsetor ano 2014.....	27
Tabela 4 – Teste de diferença de médias entre AVP e Subsetor ano 2015.....	28
Tabela 5 – Teste de diferença de médias entre AVP e Nível de Governança ano 2013.	29
Tabela 6 – Teste de diferença de médias entre AVP e Nível de Governança ano 2014.	30
Tabela 7 – Teste de diferença de médias entre AVP e Nível de Governança ano 2015.	30
Tabela 8 – Teste de diferença de médias entre AVP e Tamanho das Empresas ano 2013.	31
Tabela 9 – Teste de diferença de médias entre AVP e Tamanho das Empresas ano 2014.	32
Tabela 10 – Teste de diferença de médias entre AVP e Tamanho das Empresas ano 2015.	32
Tabela 11 – Teste de diferença de médias entre AVP e Rentabilidade ano 2013. ...	34
Tabela 12 – Teste de diferença de médias entre AVP e Rentabilidade ano 2014. ...	34
Tabela 13 – Teste de diferença de médias entre AVP e Rentabilidade ano 2015. ...	34
Tabela 14 – Teste de diferença de médias entre AVP e GEG ano 2013.	36
Tabela 15 – Teste de diferença de médias entre AVP e GEG ano 2014.	36
Tabela 16 – Teste de diferença de médias entre AVP e GEG ano 2015.	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Atendimento aos itens do AVP nos anos 2013, 2014 e 2015.	25
Gráfico 2 – Média de itens do AVP por subsetor anos 2013, 2014 e 2015.	26
Gráfico 3 – Média de itens do AVP por NG anos 2013, 2014 e 2015.	28
Gráfico 4 – Média de itens do AVP pelo tamanho das empresas anos 2013, 2014 e 2015.	31
Gráfico 5 – Média de itens do AVP pela rentabilidade anos 2013, 2014 e 2015.	33
Gráfico 6 – Média de itens do AVP pelo GEG ano 2013, 2014 e 2015.	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVP	AJUSTE A VALOR PRESENTE
BP	BALANÇO PATRIMONIAL
CFC	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CPC	COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS
CVM	COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS
DF	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DR3	BDR NÍVEL 3
DRE	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
GEG	GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL
IASB	INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD
IAS	INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS
IFRS	INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS
LL	LUCRO LÍQUIDO
M2	CIA. BOVESPA MAIS NÍVEL 2
MB	CIA. BALCÃO ORG. TRADICIONAL
MP	MEDIDA PROVISÓRIA
N1	NÍVEL 1 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
N2	NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
NE	NOTAS EXPLICATIVAS
NG	NÍVEL DE GOVERNANÇA
NM	CIA. NOVO MERCADO
PL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PME	PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
SA	SOCIEDADES POR AÇÕES
SME	SMALL AND MEDIUM ENTERPRISES

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Contextualização	9
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos específicos.....	10
1.3 Justificativa	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Adoção de IFRS no Brasil	12
2.2 Ajuste a Valor Presente	14
2.3 Estudos Anteriores	17
3. METODOLOGIA	20
3.1 Classificação da Pesquisa	20
3.2 População e Amostra	20
3.3 Procedimentos de Coleta de Dados	22
3.4 Procedimentos de Análise de Dados	23
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
4.1 Atendimento aos itens do AVP	24
4.2 Número de itens do AVP por subsetor	26
4.3 Número de itens do AVP por nível de governança	28
4.4 Número de itens do AVP pelo tamanho das empresas	30
4.5 Número de itens do AVP pela rentabilidade	33
4.6 Número de itens do AVP pelo grau de endividamento	34
5. CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Com o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foi idealizado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual emite pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas dos procedimentos sobre os processos contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação das informações contábeis, que devem ser observados, obrigatoriamente, pelas companhias de capital aberto. Entre os pronunciamentos emitidos, há o que trata especificamente sobre o Ajuste a Valor Presente, o CPC 12 (2008).

Conforme o CPC12 (2008), sua finalidade é estabelecer requisitos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e passivo quando da elaboração das demonstrações contábeis, dirimindo algumas questões controversas advindas de tal procedimento.

Com base no exposto, entende-se que o CPC 12 propõe critérios que devem ser seguidos na apuração do Ajuste a Valor presente, ou seja, na hora da estimativa do valor presente de fluxos de caixa futuros.

Um estudo feito por Araújo, Prazeres, Araújo, Lagioia e Lima (2015), com base nas demonstrações contábeis das empresas do setor de construção e transporte listadas na BM&FBovespa entre os anos de 2008 e 2012, verificou que as divulgações realizadas estão inferiores às propostas pelo CPC 12, e que as mudanças feitas através do processo de Ajuste a Valor Presente são pouco divulgadas e ao longo dos anos pouca coisa mudou.

Andrade, Fontana e Macagnam (2013), analisaram as publicações das demonstrações financeiras das empresas, pertencentes ao Índice Brasil 50 – IbrX-50 no exercício de 2011 e apontou que, no geral, as empresas tiveram um índice de 71% de aderência às normas do Ajuste a Valor Presente. Neste caso, deve-se levar em consideração que tal índice é composto pelos 50 papéis mais líquidos da BM&FBovespa, sendo assim, nota-se que a utilização dessa prática contábil também é pouco utilizada pelas companhias.

Portanto, será feita uma análise sobre a evolução no nível de evidenciação no decorrer dos anos 2013, 2014 e 2015, com a finalidade de verificar se houve crescimento dessa prática contábil, já que tal divulgação nas demonstrações

contábeis era pouco utilizada pelas companhias de capital aberto em anos anteriores (ARAÚJO et al., 2015), e investigar se há alguma influência positiva nos resultados das entidades, entre outros aspectos, no subsetor de atuação, se a companhia é pertencente à algum nível de governança corporativa da BM&FBovespa, o tamanho das empresas, sua rentabilidade e grau de endividamento geral.

É importante o cumprimento de tais práticas contábeis tendo em vista que, quanto maior a evidenciação contábil das entidades em suas demonstrações contábeis, maior a transparência, qualidade, clareza de suas informações e maior a confiabilidade de investidores e credores para a tomada de decisões, assim, como a entidade se torna mais confiável, novos investidores possam vir a ter interesse econômico-financeiro pela companhia. (PONTE, OLIVEIRA, CAVALCANTE, DE LUCA, 2012).

De acordo com o exposto acima, surge o seguinte questionamento: qual a relação do nível de evidenciação em atendimento aos critérios dispostos no CPC 12, referente ao Ajuste a Valor Presente, com as características das companhias de capital aberto brasileiras?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo é verificar a relação do nível de evidenciação em atendimento aos critérios dispostos no CPC 12, referente ao Ajuste a Valor Presente com as características das empresas que negociam ações na BM&FBovespa nos anos de 2013 a 2015.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- a) Identificar a evolução do nível de evidenciação do Ajuste a Valor Presente no período analisado;
- b) Identificar as principais causas de reconhecimento do Ajuste a Valor Presente declaradas pelas empresas;
- c) Avaliar as diferenças do nível de evidenciação do Ajuste a Valor

Presente com as características empresariais: subsetor, nível de governança, tamanho da empresa, rentabilidade e endividamento.

1.3 Justificativa

Ajuste a Valor Presente, segundo o CPC 12 (2008), é a mensuração de ativos e passivos levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e suas incertezas, é separar o valor original da transação e os juros decorrentes desse tempo. O CPC 12 estabelece diretrizes gerais e metas a serem alcançadas na hora da mensuração e apuração do Ajuste a Valor Presente.

É válido lembrar que a informação contábil possui duas características qualitativas fundamentais, a relevância e a representação fidedigna (CPC 00 (R1), p.15-16). Isto é, a informação deve fazer a diferença nas decisões que os usuários precisam tomar e deve ser completa, neutra e livre de erros.

O estudo se justifica por apresentar informações sobre o nível de evidenciação contábil da amostra, já que, quanto maior a evidenciação contábil, maior o atendimento às regras e diretrizes exigidas pelos pronunciamentos contábeis e maior a transparência e qualidade das informações para os usuários.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentada a fundamentação teórica que irá sustentar o desenvolvimento da presente pesquisa. Está subdividida em três tópicos que abordarão sobre a adoção das IFRS no Brasil, Ajuste a Valor Presente e estudos anteriores sobre tais assuntos.

2.1 Adoção de IFRS no Brasil

O processo de convergência aos pronunciamentos internacionais de contabilidade deu-se início após a aprovação da Lei 11.638 de 2007, que alterou a Lei das Sociedades Anônimas – nº 6.404 de 1976 – e reconheceu, formalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essa nova lei introduziu importantes conceitos do direito societário, tendo sido adaptados conceitos legais bastante utilizados em economias mais desenvolvidas, alinhando, também, a normatização brasileira às legislações dos Estados Unidos e de países da Europa. (ANTUNES et al., 2012, p. 6)

A aderência às normas internacionais de contabilidade buscou, além de melhorar a qualidade da informação contábil divulgada, simplificar a comunicação internacional no mundo dos negócios e facilitar o investimento estrangeiro.

Nesse mesmo contexto, o estudo de Oliveira e Lemes (2011, p. 156) afirma que “a integração dos mercados de capitais possibilita que investidores sejam capazes de empregar recursos financeiros em qualquer lugar do mundo sem que necessitem residir no país em que seu capital esteja alocado”.

Pasini (2015), reitera que a lei publicada visava inserir o Brasil no contexto econômico internacional, além de harmonizar a lei societária em conformidade com princípios e práticas contábeis internacionais.

De acordo com Ludícibus (2010), a demora da validação da Lei das S.A. foi tanta, tardou sete anos, que já eram necessárias novas modificações. Por conseguinte, foi homologada a Medida Provisória 449 de 2008, que retificou alguns erros remanescentes da lei aprovada e que posteriormente foi convertida na Lei 11.941 de 2009, complementando a Lei 11.638/07.

Mas, a adoção nas normas internacionais no Brasil não se deu apenas para as

grandes empresas, de acordo com Botinha e Lemes (2017, p. 119),

O IASB não procura atender somente as empresas de capital aberto e entidades de grande porte, mas também faz parte do seu trabalho observar as especificidades das empresas de pequeno e médio porte.

O avanço das relações de mercado trouxe destaque às pequenas e médias empresas na economia, tornando inevitável a adoção de práticas contábeis mais confiáveis e transparentes. O IASB, então, lançou o projeto IFRS para Pequenas e Médias Empresas (*IFRS for SME*). Botinha e Lemes (2017), em sua pesquisa, mostra que, embora ainda haja muitos desafios a serem enfrentados, pois diversos empresários de Pequenas e Médias Empresas (PME) não estão estimulados a adotar tal padrão, muitos profissionais já perceberam grandes vantagens e benefícios na convergência das normas com a IFRS para PME.

As normas internacionais de contabilidade são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) através dos IFRS (International Financial Reporting Standards) e do IAS (*International Accounting Standards*), e são implementadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão que ficou responsável em providenciar a convergência através da tradução e emissão das normas do IASB, e pelos órgãos reguladores brasileiros, principalmente pela CVM e CFC.

A maioria dessas alterações visa ao processo de convergência das normas contábeis, com a finalidade de harmonizar a informação contábil, tornando-a uma linguagem única e inteligível, o que, conseqüentemente, tende a reduzir a assimetria informacional e os conflitos de agência entre usuários, bem como a melhorar a transparência, a qualidade e a comparabilidade das informações contábeis. (PONTE et al., 2012, p. 55)

Apesar disso, Silva, Bonfim, Nivama e Silva (2017) destacam a importância de levar em consideração que muitas conclusões sobre as vantagens da adoção às normas internacionais de contabilidade são resultantes de pesquisas realizadas em países cuja qualidade da informação contábil, antes da implantação, era menor, como provavelmente ocorreu no Brasil. Em países onde as normas nacionais possuem boa qualidade, como é o caso dos Estados Unidos, as vantagens podem não ter sido tão evidentes ou talvez até não existam.

Macedo et al. (2011) caracteriza o processo de convergência como um processo de migração de um padrão contábil mais *code law* para um padrão mais *commom law*, onde predomina a essência sobre a forma e as normas baseiam-se mais em princípios do que em regras.

Assim sendo, quanto às operações a serem contabilizadas e suas circunstâncias, deve-se levar em consideração a essência das informações de cada operação, as transações que ela se propõe a representar, e não apenas o que consta descrito nos documentos, sua forma legal.

Para Silva (2013, p. 40), o processo de convergência no Brasil se deu em duas fases:

A primeira fase se deu com a adoção de alguns Pronunciamentos Técnicos – correlacionados com as normas internacionais de contabilidade – nas demonstrações contábeis de 2008 e 2009; a segunda fase ocorreu a partir da adoção de todos os Pronunciamentos Técnicos nas demonstrações contábeis de 2010, resultando na adoção das IFRS em duas etapas.

Santos, Ponte e Mapurunga (2014) dizem que a adoção obrigatória absoluta do padrão IFRS no Brasil teve início em 2010, após um período de transformação que surgiu em 2008. E afirmam, ainda, que com a convergência para o IFRS, o Brasil passa a participar de um sistema de informação global semelhante e mais transparente, que poderia incrementar a qualidade contábil resultando em melhorias para as empresas no mercado de capitais, tais como: redução de custo de capital, maior liquidez, menor *spread* entre compra e venda e diminuição dos erros de previsão dos analistas.

Algumas dessas mudanças impactaram diretamente o Patrimônio Líquido (PL) e o resultado das empresas ao associar os números contábeis e a realidade econômica. Entre essas mudanças, tornou-se obrigatória a realização do Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos circulantes e não circulantes, quando relevante.

Por causa dessa exigência normativa, o CPC emitiu o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, com as orientações necessárias para a prática de divulgação do AVP pelas companhias em suas demonstrações contábeis.

2.2 Ajuste a Valor Presente

Com a alteração da Lei 6.404/76, pela Lei 11.638/07, o Ajuste a Valor Presente para os realizáveis e exigíveis a longo prazo tornou-se obrigatório na elaboração das demonstrações contábeis.

De acordo com Martins, Gelbcke, Santos e Iudícibus (2013), com a Lei 11.638/07 foi introduzido o desconto a valor presente para as contas a pagar e a

receber em longo prazo e, quando o efeito do Ajuste a Valor Presente for relevante, para as contas de curto prazo.

O CPC 12 (2008, p. 12) define valor presente como sendo “a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações da entidade.” Isto posto, entende-se que o Ajuste Valor Presente tem o objetivo de ajustar e mostrar o valor presente, atual, de um fluxo de caixa futuro. Para isso se fazem necessárias três informações: valor do fluxo no futuro, data do fluxo financeiro e a taxa de desconto aplicada a tal transação.

A prática de redução ao valor presente de contas a pagar e receber não é novidade na área contábil, conforme (Martins et al., 2013). Essa mensuração decorre dos conceitos de avaliação de ativos e passivos a valores de saída, ou seja, considerando o montante de venda e não o que se paga.

Estão suscetíveis ao processo de Ajuste a Valor Presente as transações que originam um ativo, um passivo, uma receita ou despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida seja um ativo ou passivo com liquidação financeira em data diferente da data de reconhecimento desses elementos. O CPC 12 trata, sobretudo, de questões de mensuração, envolvendo a decisão do valor a ser registrado.

Envolve a descrição do item, a atribuição do seu valor e a sua inclusão no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado. Os itens que satisfazem os critérios de reconhecimento devem ser registrados no balanço ou na demonstração do resultado. (CPC 12, 2008, p. 3)

A mensuração deve ocorrer no reconhecimento inicial dos ativos e passivos, exceto em situações excepcionais que novos termos podem ser estabelecidos. É importante observar que a aplicação do Ajuste a Valor Presente nem sempre equipara o ativo ou passivo ao seu valor justo, em vista disso, os dois não devem ser tratados como sinônimos.

A mensuração contábil a valor presente deve ser aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos. O ajuste deve ser feito mediante criação de conta retificadora (juros a apropriar ou encargos/receitas financeiros a transcorrer). Método utilizado é da taxa efetiva de juros, não sendo a taxa líquida de efeitos fiscais, mas sim a estimada antes dos tributos. (MARTINS et al., 2013, p.105).

A divulgação do Ajuste a Valor Presente deve ser evidenciada no Balanço Patrimonial ou da Demonstração do Resultado do Exercício. E se tratando da evidenciação em Notas Explicativas, informações mínimas exibidas no CPC 12

devem ser obedecidas para que não haja equívocos no entendimento de tal processo.

A respeito da evidenciação do AVP em Notas Explicativas, o CPC 12 cita informações que devem ser observadas e emitidas pelas companhias, a fim de facilitar o entendimento evidente da mensuração a valor presente aos usuários da informação contábil. A primeira informação refere-se à descrição do item objeto da mensuração do AVP, que é, basicamente, detalhar os ativos e passivos que estão sujeitos ao AVP. Apresentar a natureza dos fluxos de caixa utilizados, se contratuais ou não – estimados ou esperados e se o valor de entrada cotado a valor de mercado é aplicável.

O CPC 12 (2008) solicita, ainda, a divulgação das premissas utilizadas pela administração e os princípios utilizados por ela na hora de submeter determinados ativos e passivos ao AVP. As taxas de juros utilizadas para trazer os valores futuros a valores presentes, bem como a quantia total dos fluxos de caixa e o horizonte de tempo, ambos estimados ou esperados. Modelos utilizados para cálculos de riscos e *inputs*, descrição do método de alocação dos descontos, de que forma foram aplicados e calculados os descontos de AVP e se tal cálculo foi imposto para acomodar mudanças das premissas da administração da companhia.

Finalizando a lista de itens necessários para a divulgação do AVP emitido pelo CPC 12, tem-se o propósito da mensuração do AVP, se foi determinada a utilização para reconhecimento inicial ou se para nova medição, e a motivação que levou a administração a empregar tal procedimento.

A adoção do Ajuste a Valor Presente de fluxo de caixa, deixa dúvidas quanto à relevância e confiabilidade das informações. O CPC 12 declara que, ao se utilizar informações com base no valor presente, incrementa-se o valor preditivo da contabilidade, pois permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados e traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos. Se esses registros ocorrem convenientemente, é possível obter demonstrações contábeis com maior grau de relevância.

Com o mesmo pensamento, Martins et al. (2013) diz que tal procedimento – o de AVP – contribui para a elaboração de demonstrativos contábeis com maior valor preditivo, e se tais informações são registradas de maneira oportuna, contribuirão também para um maior grau de relevância de tais demonstrativos. Sendo assim, deve-se atentar para a confiabilidade da informação contábil por meio de estimativas e julgamentos livres de viés.

Contribuindo com a explicação sobre a relação de mensuração do Ajuste a

Valor Presente e suas características, Hendriksen e Van Breda (2010) admitem que quanto maior a eficácia da divulgação das informações financeiras, mais precisas serão as expectativas formadas a respeito dos níveis e da distribuição de fluxos de caixa no tempo. Quanto mais precisas as expectativas, mais eficientes as formações dos preços dos investimentos.

2.3 Estudos Anteriores

Sobre a adoção da IFRS no Brasil, Oliveira e Lemes (2011) avaliaram 20 empresas brasileiras listadas simultaneamente na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) no ano de 2008, e calcularam em qual nível as informações contábeis divulgadas no mercado atendem aos requisitos da adoção inicial das IFRS. Os resultados mostraram que, com a adoção da IFRS, as demonstrações contábeis tendem a se modificar, expandindo o nível de divulgação. Além disso, identificou que os tamanhos das empresas, assim como seu setor de atuação, influenciam significativamente no nível de *disclosure* das informações. Mas, em relação à auditoria, o fato de a empresa ser auditada por uma *Big Four* ou não, não afetou a extensão do *disclosure*.

Diferente dos outros estudos, Santos (2012), pesquisou os impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS no Brasil, examinando dos ajustes aos resultados nas Demonstrações Financeiras de 2008. Quanto ao CPC 12, foi constatado que foi uma medida frequente, efetuado por 52% das empresas que reportaram a tabela de reconciliação do resultado em 2008, e 32% das empresas em 2007. Além de que o lucro caiu em média 20% em 2007 e ficou inalterado em 2008. Conseqüentemente, conclui-se que o AVP é bastante preponderante, pois o ajuste gerou a queda no lucro de pelo menos 2/3 das empresas.

Estudos acadêmicos sobre as práticas de Ajuste a Valor Presente podem ser observados pelos autores Ponte et al. (2012), que analisaram as práticas de divulgação do Ajuste a Valor Presente pelas companhias listadas na BM&FBovespa no ano de 2008, foram examinadas ao todo de 334 empresas. Foi verificado um baixo grau de observância dessas práticas, e ao contrário do que se esperava, não foi observado maior atendimento às orientações de divulgação por parte das empresas pertencentes aos níveis diferenciados de governança corporativa.

Andrade, Fontana e Macagnam (2013) identificaram o grau de observância às

orientações sobre evidenciação contábil praticadas pelas empresas listadas na BM&FBovespa de acordo com o CPC 12. A análise foi feita com base nas demonstrações financeiras das empresas pertencentes ao índice IBrX-50, dos setores de Construção, Comércio, Serviços e Transporte; Indústria Básica, e Indústria Manufatureira no ano de 2011. No geral, as empresas ficaram com quase 71% de aderência às normas do CPC 12, o setor que apresentou maior aderência foi o de Construção, com 80,8% e o que representou menor aderência foi o da Indústria Manufatureira, com 65,4%.

Ainda sobre o grau de observância, Souza, Marapunga e Ponte (2014), analisaram o grau de cumprimento às orientações de divulgação definidas no CPC 12 nas empresas listadas na BM&FBovespa no ano de 2010. Como resultado, obtiveram o baixo grau de cumprimento. As variáveis setor de construção, internacionalização, firma de auditoria e melhor estrutura de governança corporativa estão associadas às empresas de maiores níveis de *disclosure*. Dos 17 indicadores apresentados e analisados pelos autores, 14 foram divulgados por pelo menos 50% das empresas, e nenhuma empresa apresentou todos os itens.

Da Silva, Soeiro e Araújo (2014), avaliaram o nível de aderência do CPC 12 no processo de mensuração de informações contábil-financeiras de empresas Brasileiras, listadas no Nível 1 (N1) de governança corporativa da BM&FBovespa no ano 2012. Após diversas análises, foi constatado um baixo grau de aderência das empresas estudadas ao CPC 12. Ainda, segundo os autores, essa situação pode comprometer a qualidade das informações divulgadas pelas empresas, assim como a transparência das práticas contábeis, ocasionando a evasão de investidores.

Diferente dos estudos citados acima, Moreira, Firmino, Santos e Silva (2015), buscaram investigar a uniformidade da qualidade dos serviços realizados pelas empresas de auditoria, baseando-se no critério técnico de seu julgamento quando da adoção adequada do CPC-12, pelas companhias abertas brasileiras nos anos 2010 e 2011, dos setores de Construção Civil e Engenharia, devido à representatividade que os setores representam para a economia do país. Da amostra de 32 empresas no ano de 2010, verificou-se que 30 apresentaram parecer sem ressalva e duas com ressalva, e os motivos não estão relacionados com a ausência ou divulgação inadequada do CPC 12. Da mesma maneira, no ano de 2011, os pareceres que tiveram ressalvas não foram relacionados ao CPC 12. No geral, as empresas apresentaram um nível de *disclosure* moderado nos dois anos analisados.

Em outra investigação, Araújo et al (2015), verificaram a relação entre os níveis de governança com o atendimento aos critérios de evidenciação dispostos no CPC 12 pelas empresas do setor de Construção e Transporte entre os anos 2008 e 2012, compondo uma amostra de 72 companhias. Foi notado que as mudanças ocorridas no processo de Ajuste a Valor Presente são pouco divulgadas e o único item que sofreu grande elevação de atendimento foi o da divulgação das práticas gerais do AVP em Notas Explicativas, especialmente no ano de 2010. O item menos atendido foi quanto à evidenciação dos modelos de cálculos para a aplicação do ajuste.

O estudo de Machado, Reckziegel e Varela (2015), verificou o impacto no índice de necessidade de capital de giro, quando da adoção do CPC 12 nas empresas listadas na BM&FBovespa de diversos segmentos, classificadas pela revista Exame no ranking das Melhores e Maiores nos exercícios de 2008 e 2009. De 88 empresas iniciais, restaram apenas 24 para serem analisadas, pois as demais não divulgaram informações ou tiveram efeitos irrelevantes do Ajuste a Valor Presente. Eles concluíram que houve efeito do AVP no índice de necessidade de capital de giro, bem como no resultado financeiro e lucro.

As autoras Colares e Chagas (2017), investigaram qual o nível de evidenciação contábil das 50 empresas que compõem o Novo Mercado (NM) da BM&FBovespa no ano de 2014 em relação ao Ajuste a Valor Presente. Como resultado, notou-se que a maioria das companhias, 66% delas, divulgam o AVP no resumo de suas principais práticas contábeis. O item de maior divulgação pelas empresas foi a respeito da descrição do objeto de mensuração a valor presente, e o de menor aderência foi sobre a descrição do método de alocação de descontos. Assim, concluíram que as empresas ainda não adotam e divulgam o AVP integralmente, conforme solicitado pelo CPC 12.

Os resultados mostram que as empresas do Novo Mercado da BM&FBovespa tem evidenciado de forma parcial as informações sobre o Ajuste a Valor Presente nos ativos e passivos de curto e longo prazo, e em algumas vezes, não estão fazendo o AVP mesmo quando é aplicável e nem justificando sua ausência. (COLARES E CHAGAS, 2017, p.15).

3. METODOLOGIA

A metodologia busca identificar de que maneira será realizada a pesquisa, conforme citado por Beuren et al. (2010, p. 83), “os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados”. A seguir estão os procedimentos adotados para conduzir a pesquisa.

3.1 Classificação da Pesquisa

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, pois de acordo com Beuren et al. (2010), a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Dessa maneira, foi conduzida a presente pesquisa, através da análise e interpretação das Notas Explicativas das empresas observadas, sem interferência.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é documental pois foi realizada em materiais dispostos pela própria empresa, sem tratamento analítico quanto ao tema pesquisado. A pesquisa é quantitativa, já que foram empregados instrumentos estatísticos na coleta de dados.

Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples...às mais complexas (Richardson 1999, p.70, apud Beuren et al, 2010, p.92).

A abordagem quantitativa é frequentemente relacionada aos estudos descritivos, pois procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis. Neste estudo foram analisadas as variáveis setor e subsetor de atuação das companhias, níveis de governança corporativa da BM&FBovespa, tamanho, rentabilidade e grau de endividamento geral.

3.2 População e Amostra

A população deste estudo compreendeu as empresas listadas na BM&FBovespa e a amostra foi composta pelas 70 companhias de capital aberto que fazem parte do setor de Bens Industriais da BM&FBovespa nos anos 2013, 2014 e

2015. De início, foi possível excluir duas empresas por não terem ações na BM&FBovespa nos anos estudados, três por não mencionarem o Ajuste a Valor Presente em suas Notas Explicativas e outras cinco instituições pelo fato de declararem que o Ajuste a Valor Presente era irrelevante em seus Demonstrativos Contábeis nos anos 2013, 2014 e 2015, restando 60 companhias para dar continuidade na pesquisa.

Segundo Beuren et al. (2010), amostra é uma pequena parte da população ou do universo selecionada em conformidade às regras. A amostra desta pesquisa foi composta pelas empresas de capital aberto que tiveram as demonstrações dos anos 2013, 2014 e 2015 publicadas na BM&FBovespa, sendo escolhidas aleatoriamente o grupo de companhias que fazem parte do setor de Bens Industriais.

As empresas foram classificadas, ainda, de acordo o Subsetor que fazem parte, sendo eles: Comércio, Construção e Engenharia, Máquinas e Equipamentos, Material de Transporte, Serviços e Transporte.

Tabela 1 – Participação dos subsetores na amostra

Subsetor	Quantidade de Empresas Antes	Quantidade de Empresas para análise	Participação na amostra (%)
Comércio	2	0	-
Construção e Engenharia	8	6	10%
Máquinas e Equipamentos	12	9	15%
Material de Transporte	8	8	13%
Serviços	7	6	10%
Transporte	33	31	52%
Total	70	60	100%

Fonte: Autor (2017).

O setor comércio era composto, inicialmente, por duas empresas. Contudo, estas foram excluídas por não mencionarem o Ajuste a Valor Presente em suas Notas Explicativas, restando cinco subsetores. O maior número de empresas pertence ao subsetor de Transporte, sendo o total de 31 empresas, que correspondem a 52% da amostra analisada. Em seguida, as empresas do subsetor Máquinas e Equipamentos somam 9 companhias, ou 15%, e o subsetor Material de Transporte com 8 empresas, sendo 13% do total. Os subsetores Construção e Engenharia e Serviços, os menores da amostra, possuem 6 empresas participantes cada, representando 10% da amostra.

3.3 Procedimentos de Coleta de Dados

Os dados foram coletados das Notas Explicativas e Demonstrativos Financeiros publicados no endereço eletrônico da BM&FBovespa pelas companhias responsáveis. Foi aplicado um *checklist*, demonstrado no Quadro 1, às notas explicativas a fim de verificar o grau de evidenciação do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Beuren et al. (2010) diz que *checklist* é um roteiro elaborado pelo pesquisador com itens que devem ser verificados, confere a os elementos necessários para a aplicação do estudo.

Quadro 1 – Indicadores de evidenciação

Item	Indicador
1	Evidencia o AVP em Notas Explicativas
2	Descrição do item objeto da mensuração do AVP
3	Natureza dos fluxos de caixa (contratuais ou não)
4	Valor de entrada cotado a valor de mercado
5	Premissas utilizadas pela administração
6	Taxas de juros utilizadas
7	Montantes dos fluxos de caixa estimados
8	Horizonte temporal estimado ou esperado
9	Modelos utilizados para cálculo de risco e inputs
10	Descrição do método de alocação dos descontos
11	Procedimento adotado para acomodar mudanças
12	Propósito da mensuração do AVP, se reconhecimento inicial ou nova medição
13	Motivação da administração para levar a efeito tal procedimento

Fonte: Adaptado de Araújo et al. (2015), Andrade, Fontana e Macagnam (2013) e CPC 12 (2008).

O *checklist* foi elaborado com base nas pesquisas de Andrade, Fontana e Macagnam (2013), Souza, Mapurunga e Ponte (2014) e Araújo et al. (2015), além de ter sido fundamentado no CPC 12, no item divulgação. Foram, no total, 13 indicadores analisados. Caso a companhia tenha atendido ao critério, foi dado valor 1, caso a empresa não tenha citado o item de divulgação, foi dado o valor 0.

Além disso, foi analisada a média geral de itens mencionados sobre o AVP, tendo como base os 13 identificadores do *checklist*.

Após essa análise, foram coletados dados dos Demonstrativos Financeiros – Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – a fim de verificar se o grau de observância possui relação com outras variáveis como subsetor, nível de governança corporativa, tamanho da empresa, rentabilidade e grau de endividamento. Tais variáveis foram identificadas conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis

Variável	Operacionalização das Variáveis
Subsetor	Subsetores em que as empresas estão listadas na BM&FBovespa
Nível de Governança Corporativa	Se as empresas listadas estão listadas em algum nível de governança corporativa da BM&FBovespa.
Tamanho das Empresas	Ativo Total (Final)
Rentabilidade	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$ (Final)
Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$ (Final)

Fonte: Baseado em Souza, Mapurunga e Ponte (2014).

3.4 Procedimentos de Análise de Dados

Os dados coletados foram organizados em planilhas, analisados e interpretados estatisticamente, ou seja, os comportamentos das variáveis foram examinados e assim verificou-se possíveis mudanças no decorrer do tempo, e se essas mudanças tiveram relação com as características estudadas: subsetor de atuação, nível de governança corporativa, tamanho da empresa, rentabilidade e grau de endividamento.

Conforme Gil (1999, apud Beuren et al., 2010, p.136), o objetivo da análise de dados é organizar sistematicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema investigado. Ainda neste sentido, Kerlinger (1980, p.353 apud Beuren et al., 2010, p.136) define o processo de análise como a categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados.

Foi utilizado o Teste de Kruskal-Wallis, teste não paramétrico utilizado para comparar três ou mais amostras independentes e verificar se há diferenças significativas entre as variáveis. Se significativa, indica que ao menos uma amostra domina estatisticamente uma outra amostra.

De acordo com Juaniha (2016), os testes não paramétricos operam com a ideia de classificar os dados, ou seja, encontrar o menor valor e conceder a ele um posto (posição) 1, achar o próximo maior valor e atribuir a ele o posto 2 e assim por diante. A análise é realizada sobre os postos (*ranks*) ao invés de sobre os dados observados. Foram consideradas, nesse estudo, significância para o nível de até 10%. Tal teste foi aplicado através do *Software Statistica*, versão 13.3.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção exibe os resultados da pesquisa para melhor visualização da evidenciação do Ajuste a Valor Presente pelas companhias de capital aberto que fazem parte da amostra.

4.1 Atendimento aos itens do AVP

Conforme o Gráfico 1, é possível identificar que todas as empresas que citaram o AVP em suas notas explicativas (Item 1) nos anos 2013, 2014 e 2015, também atenderam ao segundo item da lista de indicadores, que era descrever o item objeto da mensuração do Ajuste a Valor Presente, mesmo que brevemente. As contas mais influenciadas pelo AVP foram “Contas a Receber” e “Contas a pagar” de longo prazo, nenhuma companhia achou relevante aplicar o AVP em contas de curto prazo. Outra conta citada, porém, com menor frequência pelas instituições analisadas, foi sobre “Arrendamento Mercantil”.

O terceiro item, sobre a natureza dos fluxos de caixa serem contratuais ou não, foi atendido por 38% (23) das empresas em 2013, 37% (22) em 2014 e 33% (20) em 2015. Das companhias que citaram, a maior parte declarou que os fluxos de caixa eram contratuais, um pequeno número alegou a natureza dos fluxos de caixas como esperados ou estimados.

Quanto ao item 4, o valor de entrada ser cotado a valor de mercado, 33% (20) das sociedades afirmaram tal prática em 2013 e 2014, em 2015 foram 35% (21). Diferentemente, 32% (19) das instituições, no ano 2013, disseram reconhecer inicialmente o AVP (Item 12) e 30% (18) das empresas nos anos 2014 e 2015.

As premissas utilizadas pela administração (Item 5), foram declaradas por 53% (32) das companhias em 2013 e 52% (31) em 2014 e 2015. O item 6, taxas de juros utilizadas, foram citadas por 48% (29) das empresas em 2013 e 2015 e por 47% (28) em 2014.

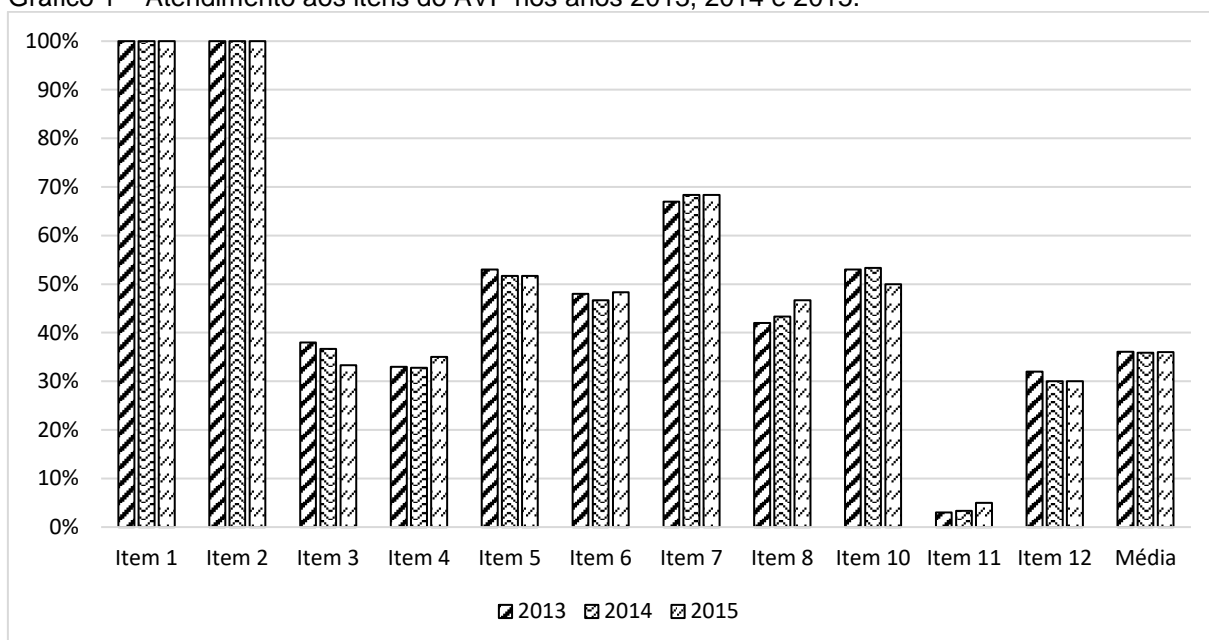
O Item 7 foi o terceiro item de maior aderência pelas companhias nos três anos estudados. Em 2013, 67% (40) das companhias descreveram o montante dos fluxos de caixas estimados ou esperados, e nos anos 2014 e 2015, 68% (41) empresas citaram. O horizonte temporal estimado ou esperado (Item 8), foi citado por 42% (25) das sociedades em 2013, 43% (26) em 2014 e 47% (28) em 2015.

Os itens 9 (Modelos utilizados para cálculo de risco e inputs) e 13 (Motivação da administração para levar a efeito tal procedimento) não estão destacados no gráfico pelo motivo de não terem sido aderidos por nenhuma companhia nos três anos.

A descrição do método de alocação de descontos (Item 10) também teve grande aderência. Nos anos 2013 e 2014, mais de metade das empresas, 53% (32), destacaram tal item e no ano 2015, 50% (30) das companhias descreveram tal método.

O item 11, menos expressivo nos três anos, referente ao procedimento ter sido adotado para acomodar mudanças, foi citado por apenas duas companhias, representando 3% do total em 2013 e 2014, e 5% (3) em 2015.

Gráfico 1 – Atendimento aos itens do AVP nos anos 2013, 2014 e 2015.



Item 1 – Evidencia o AVP em Notas Explicativas; Item 2 – Descrição do item objeto da mensuração do AVP; Item 3 – Natureza dos fluxos de caixa (contratuais ou não); Item 4 – Valor de entrada cotado a valor de mercado; Item 5 – Premissas utilizadas pela administração; Item 6 – Taxas de juros utilizadas; Item 7 – Montante dos fluxos de caixa estimados; Item 8 – Horizonte temporal estimado ou esperado; Item 9 – Modelos utilizados para cálculo de risco e inputs; Item 10 – Descrição do método de alocação dos descontos; Item 11 – Procedimento adotado para acomodar mudanças; Item 12 – Propósito da mensuração do AVP, se reconhecimento inicial ou nova medição; Item 13 – Motivação da administração para levar a efeito tal procedimento.

Fonte: Autor (2017).

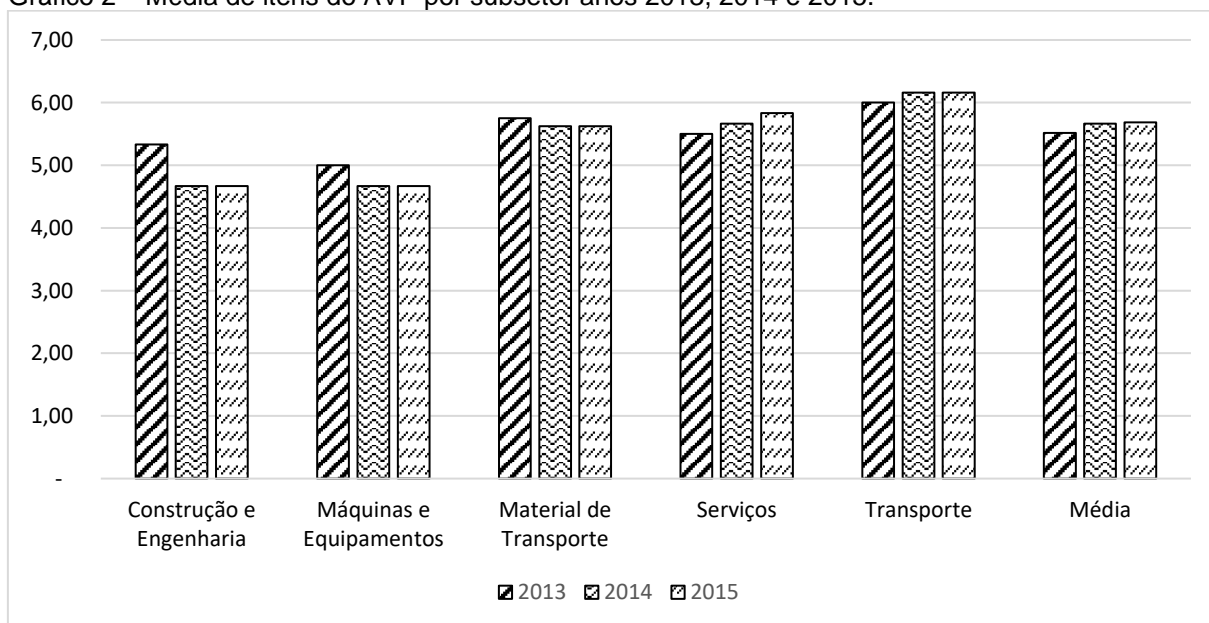
Ao visualizar o Gráfico 1, percebe-se facilmente que os itens mais citados nos três anos foram os itens 1, 2 e 7. E o item menos citado foi o 11. É possível observar também, que no decorrer dos anos houve pouca variação da quantidade de itens do AVP citados pelas empresas e a média de adoção aos itens expostos no *checklist*,

permaneceu 36% nos três anos, uma média relativamente baixa, considerando que o CPC 12 dita regras que deveriam ser absorvidas pelas companhias de capital aberto na hora da elaboração das demonstrações contábeis.

4.2 Número de itens do AVP por subsetor

Nenhuma companhia aderiu aos 13 itens dispostos no *checklist*. O número mínimo de itens citados foi igual a 2, enquanto que o número máximo de itens citados foi igual a 9. Foi calculada a média de itens por subsetor para analisar qual deles abrange melhor o AVP de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12, demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Média de itens do AVP por subsetor anos 2013, 2014 e 2015.



Fonte: Autor (2017).

O subsetor de Transporte foi o que mais divulgou itens de acordo com o CPC 12 nos três anos, média de 6 itens em 2013 e 6,16 itens nos anos 2014 e 2015, o subsetor Material de Transporte obteve média 5,75 itens em 2013 e 5,63 itens em 2014 e 2015. O subsetor Serviços possuiu média 5,50 itens em 2013, 5,67 itens em 2014 e 5,83 itens em 2015. Esses foram os subsetores de maior evidenciação.

Os subsetores com menos divulgação de itens foram o de Construção e Engenharia, com média 5,33 itens em 2013 e média 4,67 itens em 2014 e 2015 e o subsetor Máquinas e Equipamentos, com média 5 itens em 2013 e 4,67 itens nos anos 2014 e 2015.

As médias gerais, no decorrer dos anos, tiveram um crescimento discreto. Em 2013 a média geral de itens do AVP foi 5,52 itens, em 2014 a média cresceu para 5,67 itens e em 2015 foi 5,68 itens.

É possível constatar, ainda no Gráfico 2, que a maioria dos subsetores tiveram sua média de número de itens do AVP acima da média geral.

Foi aplicado nos três anos o teste de diferença de médias de Kruskal-Wallis, para verificar uma possível relação entre as variáveis média de itens do AVP e subsetor de atuação.

Tabela 2 – Teste de diferença de médias entre AVP e Subsetor ano 2013.

Variável dependente: AVP	Variável independente: Subsetor*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Construção e Engenharia	1	6	168,500	28,08333
Máquinas e Equipamentos	2	9	216,000	24,00000
Material de Transporte	3	8	245,500	30,68750
Serviços	4	6	171,500	28,58333
Transporte	5	31	1028,500	33,17742

*Kruskal-Wallis test: H (4, N= 60) =2,211651 p =0,6969

Fonte: Software Statistica 13.3 (2017)

Através da comparação por meio do teste de Kruskal-Wallis, exposto na Tabela 2, não existiram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos número de itens do AVP e subsetor de atuação no ano 2013, sendo que o nível de significância (p-valor) foi 69%, maior que o aceitável neste estudo, 10%.

Tabela 3 – Teste de diferença de médias entre AVP e Subsetor ano 2014.

Variável dependente: AVP	Variável independente: Subsetor*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Construção e Engenharia	1	6	134,000	22,33333
Máquinas e Equipamentos	2	9	192,500	21,38889
Material de Transporte	3	8	240,000	30,00000
Serviços	4	6	182,000	30,33333
Transporte	5	31	1081,500	34,88710

* Kruskal-Wallis test: H (4, N= 60) =5,841420 p =0,2113

Fonte: Software Statistica 13.3 (2017)

Na Tabela 3 está apresentado o teste inferencial não paramétrico de Kruskal-Wallis para o ano 2014, onde o resultado (p-valor) foi 21%, indicando que não houve diferenças estatísticas significantes entre as variáveis média de itens do AVP e subsetor.

De acordo com o exposto na Tabela 4, as variáveis número de itens do AVP e

Subsetor também não possuíram diferenças estatisticamente significativas no ano de 2015, pois o resultado do teste (p-valor) foi 23%, maior que o aceitável 10%.

Tabela 4 – Teste de diferença de médias entre AVP e Subsetor ano 2015.

Variável dependente: AVP	Variável independente: Subsetor*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Construção e Engenharia	1	6	133,000	22,16667
Máquinas e Equipamentos	2	9	194,000	21,55556
Material de Transporte	3	8	239,500	29,93750
Serviços	4	6	190,000	31,66667
Transporte	5	31	1073,500	34,62903

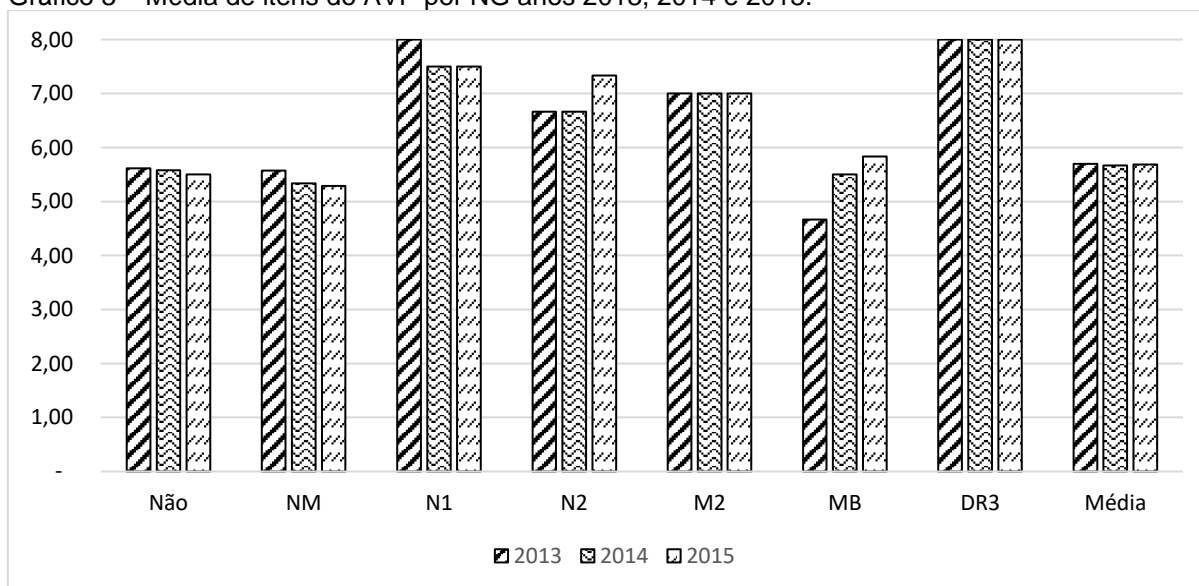
*Kruskal-Wallis test: H (4, N= 60) =5,607906 p =0,2304

Fonte: Software Statistica 13.3 (2017)

4.3 Número de itens do AVP por nível de governança

Da amostra de 60 empresas, 34 participavam de níveis de governança (NG) corporativa da BM&FBovespa nos anos 2013, 2014 e 2015. O gráfico 3 exibe a relação entre a média de itens AVP, conforme *checklist* aplicado, que foram evidenciados pelas companhias e os níveis de governança corporativa.

Gráfico 3 – Média de itens do AVP por NG anos 2013, 2014 e 2015.



Siglas: NM = Novo Mercado; N1 = Nível 1 de Governança Corporativa; N2 = Nível 2 de Governança Corporativa; M2 = Cia. Bovespa Mais Nível 2; MB = Cia. Balcão Org. Tradicional; DR3 = BDR Nível 3.
Fonte: Autor (2017).

As médias de itens mais altas ficaram com o nível de governança DR3, que teve 8 indicadores evidenciados nos três anos do estudo e N1, com média 8 itens em

2013 e 7,5 itens nos anos 2014 e 2015. O nível M2 obteve média de 7 itens nos três anos analisados e o nível N2 teve média de 6,67 itens nos anos 2013 e 2014 e 7,33 itens no ano 2015.

Os níveis com menores médias de itens foram MB, com 4,67 itens em 2013, 5,50 itens em 2014 e 5,83 itens em 2015 e NM, com média 5,57 itens em 2013, 5,33 indicadores em 2014 e em 2015 foi apenas 5,29 itens.

As médias gerais no decorrer dos anos foram 5,70 itens em 2013, 5,67 itens em 2014 e 5,68 itens em 2015, não houve mudanças relevantes ao longo dos anos.

A média de itens evidenciados pelas empresas que não pertencem a algum nível de governança no ano 2013 foi 5,62 itens, 5,58 itens em 2014 e 5,50 itens no ano 2015. De modo geral, a média de itens evidenciados pelas sociedades pertencentes aos diversos níveis de governança corporativa foram maiores, sendo plausível que houvesse alguma influência significativa na relação entre o maior *disclosure* e a participação em níveis de governança.

Porém, considerando a Tabela 5, referente ao teste de diferenças de médias de Kruskal-Wallis entre o número de itens do AVP e o nível de governança, revelou que não houve diferença significativa entre os dois grupos no ano 2013, considerando $p=32\%$, acima do máximo permitido, 10% .

Tabela 5 – Teste de diferença de médias entre AVP e Nível de Governança ano 2013.

Variável dependente: AVP	Variável independente: Nível de Governança Corporativa*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Não pertence	0	26	776,0000	29,84615
DR3	1	1	50,5000	50,50000
M2	2	1	41,0000	41,00000
N1	3	2	101,0000	50,50000
N2	4	3	115,5000	38,50000
MB	5	6	125,5000	20,91667
NM	6	21	620,5000	29,54762

*Kruskal-Wallis test: $H(6, N= 60) = 6,983316$ $p = 0,3224$

Siglas: NM = Novo Mercado; N1 = Nível 1 de Governança Corporativa; N2 = Nível 2 de Governança Corporativa; M2 = Cia. Bovespa Mais Nível 2; MB = Cia. Balcão Org. Tradicional; DR3 = BDR Nível 3. Fonte: Software Statistica 13.3 (2017)

A Tabela 6, que apresenta o resultado do teste de diferenças de médias não paramétricas de Kruskal-Wallis para o ano 2014, não revelou diferenças significativas quando das variáveis número de itens do AVP e nível de governança corporativa, sendo $p=53\%$, maior que o máximo aceitável nessa pesquisa, 10% .

Tabela 6 – Teste de diferença de médias entre AVP e Nível de Governança ano 2014.

Variável dependente: AVP	Variável independente: Nível de Governança Corporativa*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Não pertence	0	26	774,0000	29,76923
DR3	1	1	51,5000	51,50000
M2	2	1	41,5000	41,50000
N1	3	2	93,0000	46,50000
N2	4	3	117,5000	39,16667
MB	5	6	172,0000	28,66667
NM	6	21	580,5000	27,64286

*Kruskal-Wallis test: $H(6, N=60) = 5,034247$ $p = 0,5394$

Siglas: NM = Novo Mercado; N1 = Nível 1 de Governança Corporativa; N2 = Nível 2 de Governança Corporativa; M2 = Cia. Bovespa Mais Nível 2; MB = Cia. Balcão Org. Tradicional; DR3 = BDR Nível 3.
Fonte: Software Statistica 13.3 (2017)

O resultado da análise estatística de Kruskal-Wallis no ano 2015, exposto na Tabela 7, comprova que não há diferenças significativas entre os grupos número de itens do AVP e Nível de governança, pois $p=33,71\%$, maior que o nível desejado de até 10%.

Tabela 7 – Teste de diferença de médias entre AVP e Nível de Governança ano 2015.

Variável dependente: AVP	Variável Independente: Nível de Governança*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Não pertence	0	26	757,5000	29,13462
DR3	1	1	51,5000	51,50000
M2	2	1	41,5000	41,50000
N1	3	2	93,0000	46,50000
N2	4	3	134,5000	44,83333
MB	5	6	190,0000	31,66667
NM	6	21	562,0000	26,76190

*Kruskal-Wallis test: $H(6, N=60) = 6,827602$ $p = 0,3371$

Siglas: NM = Novo Mercado; N1 = Nível 1 de Governança Corporativa; N2 = Nível 2 de Governança Corporativa; M2 = Cia. Bovespa Mais Nível 2; MB = Cia. Balcão Org. Tradicional; DR3 = BDR Nível 3.
Fonte: Software Statistica 13.3 (2017).

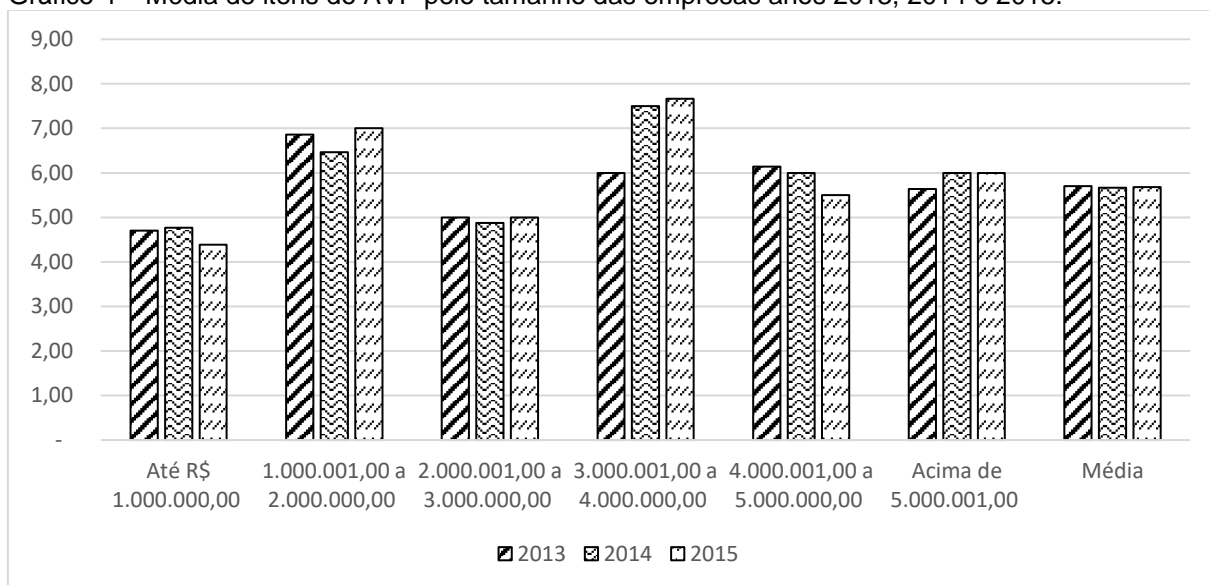
4.4 Número de itens do AVP pelo tamanho das empresas

O tamanho das empresas está representado pelo valor do seu ativo total final e para melhor análise, as empresas foram divididas em faixas de valores, conforme o Gráfico 4.

A menor média de itens, nos três anos, ficou com as empresas que possuíam ativo total de até R\$ 1.000.000,00, sendo 4,70 itens em 2013, 4,76 itens em 2014 e 4,39 itens em 2015 e as instituições que possuíam ativo entre R\$2.000.000,00 e R\$3.000.000,00, que tiveram média de 5 itens nos anos 2013 e 2015 e apenas 4,88

itens em 2014.

Gráfico 4 – Média de itens do AVP pelo tamanho das empresas anos 2013, 2014 e 2015.



Fonte: Autor (2017).

As empresas com maior nível de evidenciação do AVP, conforme o Gráfico 4, foram as empresas de ativo total entre R\$1.000.0001,00 e 2.000.000,00, com média 6,86 itens em 2013, 6,47 itens em 2014 e 7 itens em 2015, além das empresas com ativo entre R\$3.000.001,00 e R\$4.000.000,00, com média de indicadores de 6 itens em 2013, 7,5 itens em 2014 e 7,67 itens no ano 2015.

Logo, não foi possível notar uma evidente relação entre as variáveis média de itens do AVP citados e tamanho das empresas pois, conforme aumenta o ativo total das empresas, não aumenta, necessariamente, a média de itens evidenciados nas notas explicativas.

A média geral de evidenciação de itens de todas as empresas foi 5,70 itens e não foi possível notar uma evolução no decorrer dos anos.

Tabela 8 – Teste de diferença de médias entre AVP e Tamanho das Empresas ano 2013.

Variável dependente: AVP	Variável independente: Tamanho da Empresa*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Até 1.000.000,00	1	19	458,0000	24,10526
De 1.000.001,00 até 2.000.000,00	2	14	563,0000	40,21429
De 2.000.001,00 até 3.000.000,00	3	6	171,0000	28,50000
De 3.000.001,00 até 4.000.000,00	4	2	65,0000	32,50000
De 4.000.001,00 até 5.000.000,00	5	7	238,0000	34,00000
Acima de 5.000.001,00	6	12	335,0000	27,91667

* Kruskal-Wallis test: $H(5, N= 60) = 7,695513$ $p = 0,1738$

Fonte: Software Statistica 13.3 (2017)

A Tabela 8 apresenta o resultado da diferença de médias entre as variáveis média de itens do AVP e tamanho das empresas em 2013, por meio do teste de hipóteses de Kruskal-Wallis, e concluiu que não existiram diferenças estatísticas significantes para as duas variáveis, sendo o valor de $p=17\%$, acima de 10% .

Tabela 9 – Teste de diferença de médias entre AVP e Tamanho das Empresas ano 2014.

Variável dependente: AVP	Variável independente: Tamanho das Empresas*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Até 1.000.000,00	1	17	386,5000	22,73529
De 1.000.001,00 até 2.000.000,00	2	15	559,5000	37,30000
De 2.000.001,00 até 3.000.000,00	3	8	196,0000	24,50000
De 3.000.001,00 até 4.000.000,00	4	2	93,0000	46,50000
De 4.000.001,00 até 5.000.000,00	5	5	166,5000	33,30000
Acima de 5.000.001,00	6	13	428,5000	32,96154

*Kruskal-Wallis test: $H(5, N=60) = 8,820260$ $p = 0,1165$

Fonte: Software Statistica 13.3 (2017)

A Tabela 9 confirma a ideia de que não houve diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis quantidade de itens do AVP e tamanho das empresas em 2014, de acordo com o teste de hipóteses de Kruskal-Wallis, pois $p=11\%$, acima de 10% .

Em 2015 não foi possível identificar, apenas com a análise gráfica, alguma influência do tamanho das empresas no grau de evidenciação do AVP, pois metade dos grupos de empresas ficaram acima da média e metade abaixo da média.

Com o resultado do teste de hipóteses de Kruskal-Wallis em 2015, expresso na Tabela 10, houve a confirmação de que existiam evidências estatisticamente significativas entre os itens do AVP e o tamanho das empresas ao nível de 10% , pois $p=0,60\%$.

Tabela 10 – Teste de diferença de médias entre AVP e Tamanho das Empresas ano 2015.

Variável dependente: AVP	Variável independente: Tamanho das empresas*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Até 1.000.000,00	1	18	360,0000	20,00000
De 1.000.001,00 até 2.000.000,00	2	13	541,0000	41,61538
De 2.000.001,00 até 3.000.000,00	3	7	172,5000	24,64286
De 3.000.001,00 até 4.000.000,00	4	3	144,5000	48,16667
De 4.000.001,00 até 5.000.000,00	5	2	55,0000	27,50000
Acima de 5.000.001,00	6	17	557,0000	32,76471

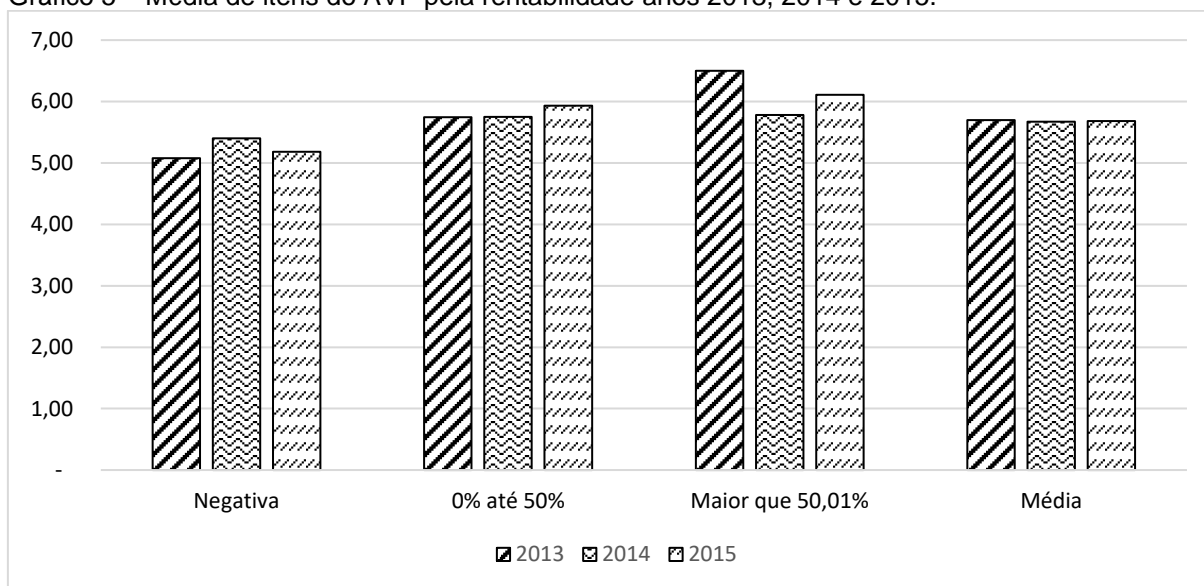
*Kruskal-Wallis test: $H(5, N=60) = 16,30377$ $p = 0,0060$

Fonte: Software Statistica 13.3 (2017).

4.5 Número de itens do AVP pela rentabilidade

O Gráfico 5 aponta a relação entre a média de itens referentes ao AVP destacados em notas explicativas e a rentabilidade das companhias, separadas também por faixa de valores.

Gráfico 5 – Média de itens do AVP pela rentabilidade anos 2013, 2014 e 2015.



Fonte: Autor (2017).

As empresas cujas rentabilidades foram negativas, apontando possível prejuízo, tiveram média de 5,08 itens evidenciados no ano 2013, 5,40 itens em 2014 e 5,18 indicadores em 2015.

As empresas do grupo com rentabilidade entre 0% e 50% tiveram média 5,74 itens em 2013 e 5,75 itens em 2014, no ano de 2015 aumentou para 5,93 itens. As empresas com rentabilidade superior a 50% tiveram média de 6,5 itens em 2013, 5,78 indicadores em 2014 e 6,11 itens em 2015.

Identificou-se uma variação crescente na média de itens evidenciados pelas empresas conforme a rentabilidade delas também vai aumentando, podendo sugerir uma possível influência positiva entre o grau de evidenciação dos itens do AVP e a rentabilidade das empresas nos anos analisados. Ficou evidente, no Gráfico 5, que o único grupo de empresas que ficou abaixo da média geral (5,70 itens em 2013, 5,67 itens em 2014 e 5,68 itens em 2015) foi o da rentabilidade negativa.

Conforme a Tabela 11, pelo teste de Kruskal-Wallis efetuado no ano 2013, as evidências estatísticas indicaram que não existiam diferenças de percepção

significativas entre as variáveis média de itens do AVP e rentabilidade quando $p=43\%$, acima de 10%, valor máximo aceitável.

Tabela 11 – Teste de diferença de médias entre AVP e Rentabilidade ano 2013.

Variável dependente: AVP	Variável Independente: Rentabilidade*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Negativa	1	12	306,500	25,54167
0% até 50%	2	39	1207,000	30,94872
51% até 100%	3	9	316,500	35,16667

*Kruskal-Wallis test: $H(2, N=60) = 1,672122$ $p = 0,4334$

Fonte: Software Statistica 13.3 (2017)

No ano 2014, relacionando as variáveis média de itens do AVP e rentabilidade, quando da aplicação do teste de diferenças de médias de Kruskal-Wallis, não houve diferenças significativas evidentes, pois $p=83,33\%$, conforme expresso na Tabela 12.

Tabela 12 – Teste de diferença de médias entre AVP e Rentabilidade ano 2014.

Variável dependente: AVP	Variável independente: Rentabilidade*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Negativa	1	15	422,500	28,16667
0% até 50%	2	36	1125,000	31,25000
51% até 100%	3	9	282,500	31,38889

*Kruskal-Wallis test: $H(2, N=60) = ,3647448$ $p = 0,8333$

Fonte: Software Statistica 13.3 (2017)

Observando a Tabela 13, sobre o resultado do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis para o ano 2015, onde o valor de $p=40,01\%$, não tiveram diferenças estatísticas significantes entre os grupos itens do AVP e rentabilidade.

Tabela 13 – Teste de diferença de médias entre AVP e Rentabilidade ano 2015.

Variável dependente: AVP	Variável independente: Rentabilidade*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Negativa	1	22	584,5000	26,56818
0% até 50%	2	29	942,0000	32,48276
51% até 100%	3	9	303,5000	33,72222

*Kruskal-Wallis test: $H(2, N=60) = 1,832224$ $p = 0,4001$

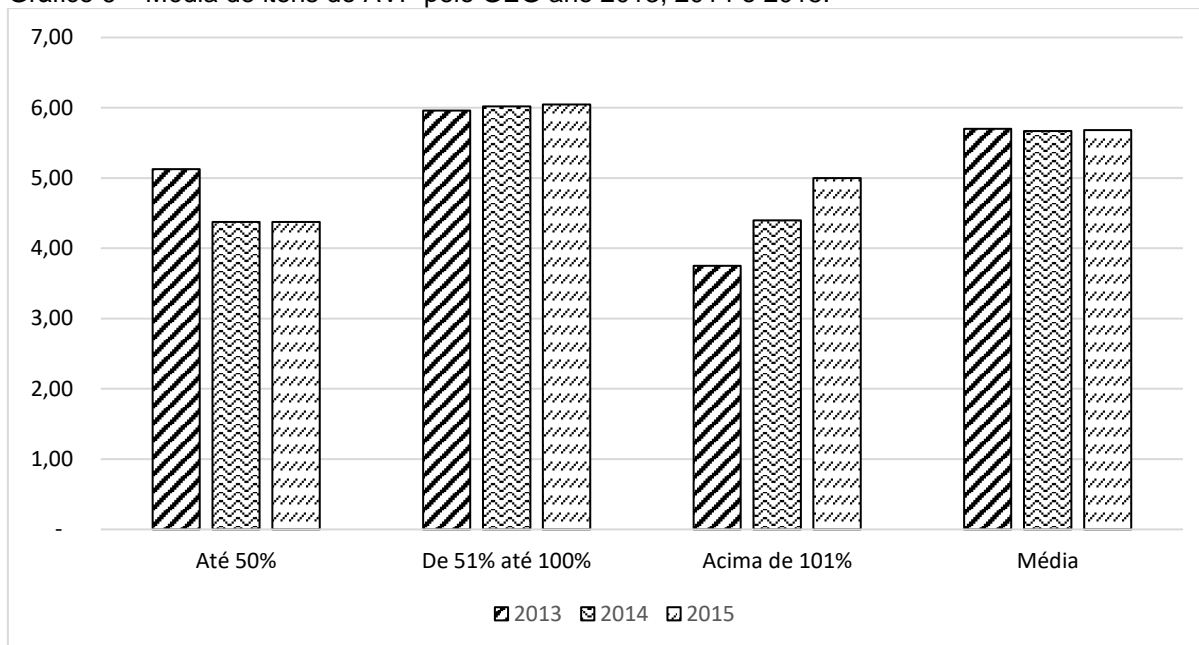
Fonte: Software Statistica 13.3 (2017).

4.6 Número de itens do AVP pelo grau de endividamento

O grau de endividamento geral (GEG) enfatiza quanto o capital de terceiros representa sobre o total de recursos investidos. O Gráfico 6 apresenta a relação entre

a média de itens do AVP destacados em notas explicativas com o grau de endividamentos das empresas, separados por valor.

Gráfico 6 – Média de itens do AVP pelo GEG ano 2013, 2014 e 2015.



Fonte: Autor (2017).

As empresas com grau de endividamento até 50% tiveram uma média de 5,13 itens do total dos 13 contidos no *checklist* em 2013 e 4,38 itens nos anos 2014 e 2015. As empresas que possuíam o GEG entre 51% até 100%, obtiveram média de 5,96 itens em 2013, média um pouco maior, 6,02 itens no ano 2014 e 6,05 itens no ano 2015. As empresas com GEG maior, acima de 100%, tiveram a menor média de itens em 2013, apenas 3,75 itens, 4,40 itens no ano 2014 e 5,00 itens no ano 2015. É possível presumir uma leve relação entre as variáveis número de itens evidenciados do AVP e o grau de endividamento das empresas, pois o grupo das mais endividadas, no geral, possuíram menor evidenciação, no entanto, as companhias menos endividadas não foram as que demonstraram maior evidenciação.

A média geral das empresas variou pouco entre os anos, foi de 5,70 itens evidenciados em 2013, 5,67 itens em 2014 e 5,68 itens em 2015. Apenas as empresas constantes na faixa de valor de endividamento entre 51% e 100% ficaram acima da média nos três anos.

Conforme a Tabela 14, os números dos resultados do teste de hipótese de Kruskal-Wallis efetuado para o ano 2013, indicaram que o teste foi estatisticamente significativo ao nível de 10%, com $p=7,53\%$, indicando que a média dos itens de AVP

entre as empresas difere conforme o grau de endividamento.

Tabela 14 – Teste de diferença de médias entre AVP e GEG ano 2013.

Variável dependente: AVP	Variável Independente: Grau de Endividamento Geral*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Até 50%	1	8	209,500	26,18750
51% até 100%	2	48	1567,000	32,64583
Acima de 101%	3	4	53,500	13,37500

*Kruskal-Wallis test: $H(2, N=60) = 5,171368$ $p = 0,0753$

Fonte: Software Statistica 13.3 (2017)

Com a aplicação do teste de hipótese de Kruskal-Wallis em 2014, , conforme a Tabela 15, concluiu-se que existiam diferenças estatísticas significativas entre o AVP e o GEG, pois $p=4,36\%$, foi significativa ao nível 10%.

Tabela 15 – Teste de diferença de médias entre AVP e GEG ano 2014.

Variável dependente: AVP	Variável independente: Grau de Endividamento Geral*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Até 50%	1	8	162,000	20,25000
51% até 100%	2	47	1571,500	33,43617
Acima de 101%	3	5	96,500	19,30000

*Kruskal-Wallis test: $H(2, N=60) = 6,265627$ $p = 0,0436$

Fonte: Software Statistica 13.3 (2017)

O teste de diferenças de médias de Kruskal-Wallis em 2015, para os grupos itens do AVP e GEG, indicou que não existiam diferenças estatisticamente significativas entre as duas variáveis, pois $p=10,34\%$, maior que o nível aceitável de 10%, ao contrário do que aconteceu nos anos de 2013 e 2014, onde tiveram diferenças estatisticamente significativas ao nível de 10%.

Tabela 16 – Teste de diferença de médias entre AVP e GEG ano 2015.

Variável dependente: AVP	Variável Independente: Grau de Endividamento*			
	Código	Nº de Empresas	Soma dos Postos (Ranks)	Média dos Postos (Ranks)
Até 50%	1	9	195,500	21,72222
51% até 100%	2	43	1438,500	33,45349
Acima de 101%	3	8	196,000	24,50000

*Kruskal-Wallis test: $H(2, N=60) = 4,539230$ $p = 0,1034$

Fonte: Software Statistica 13.3 (2017).

5. CONCLUSÃO

Com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), começaram a ser emitidas normas para adequar as Demonstrações Financeiras (DF) brasileiras às IFRS – normas internacionais de contabilidade – com o intuito de padronizar os relatórios contábeis, gerando informações mais confiáveis e transparentes, que podem ser interpretadas mais facilmente por possíveis investidores de diversos países, ou seja, simplificando a comunicação internacional.

O presente estudo teve como base o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (AVP), que divulga diretrizes de como deve ser evidenciado o AVP nas Notas Explicativas (NE) das companhias de capital aberto brasileiras, e buscou verificar a relação do nível de evidenciação em atendimento aos critérios dispostos no CPC 12, referente ao Ajuste a Valor Presente, com as características das empresas que negociam ações na BM&FBovespa nos anos de 2013 a 2015

A população da pesquisa foi composta pelas empresas pertencentes ao setor Bens Industriais da BM&FBovespa, sendo excluídas aquelas que não possuíam ações na nos anos 2013, 2014 e 2015 na BM&FBovespa, além das que não mencionaram o AVP em NE ou disseram que o AVP não era relevante em suas demonstrações, permanecendo 60 empresas a serem verificadas.

Baseado no Item 33 – Divulgação, do CPC 12, e também nas pesquisas de Andrade, Fontana e Macagnan (2013), Souza, Mapurunga e Ponte (2014) e Araújo et al. (2015), foi criado um *checklist* contendo 13 indicadores de evidenciação, que foram aplicados às NEs.

Nessa primeira parte da pesquisa, identificou-se que nenhuma empresa aderiu aos 13 indicadores. Pode-se dizer que, em uma média geral, houve um grau de evidenciação entre 5 e 7 itens. Tiveram empresas que aderiram à apenas 2 indicadores – evidenciar o AVP em NE e descrever o item objeto da mensuração do AVP – e tiveram empresas que citaram até 9 indicadores. As contas mais influenciadas pelo AVP foram contas a pagar e receber em longo prazo e arrendamento mercantil. Grande parte das empresas declararam em suas notas explicativos que não acharam relevante aplicar o AVP em contas de curto prazo.

Conforme análise feita por subsetor, o subsetor com maior média de *disclosure* de itens do AVP, nos anos de 2013, 2014 e 2015, foi o de Transporte. Os subsetores com menor média de evidenciação foram os de Máquinas e Equipamentos e o de

Construção e Engenharia. Não foram percebidas variações na evidenciação de itens do AVP no decorrer dos anos analisados.

Da mesma maneira, Araújo et al. (2015), ao analisar o nível de evidenciação do AVP em empresas no decorrer dos anos 2008 a 2012, verificou-se que as mudanças ocorridas no processo de ajuste são pouco divulgadas e que não se modificou ao longo dos anos estudados.

Além disso, foram estudadas possíveis características que poderiam influenciar o nível de evidenciação do AVP das instituições. Além do subsetor, o fato de a companhia participar de níveis de governança corporativa da BM&FBovespa, tamanho, rentabilidade e grau de endividamento geral das empresas. Foi aplicado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, utilizado para comparação de três ou mais amostras independentes, com nível máximo de 10%.

O teste de diferenças de médias de Kruskal-Wallis identificou, no ano 2013, diferenças significativas apenas na relação entre número de itens do AVP e Grau de Endividamento Geral (GEG), quando $p=0,0753$, menor que 10%.

Ponte et al. (2012) estudou empresas da BM&FBovespa com demonstrações contábeis do exercício de 2008 e verificou baixo grau de observância nas práticas de divulgação do AVP e também não observou maior atendimento às observações de divulgação por empresas pertencentes à níveis de Governança Corporativa através do teste de diferenças de média de Mann-Whitney.

Souza, Mapurunga e Ponte (2014), ao analisar empresas da BM&FBovespa no ano 2010 e aplicar os testes de diferenças de médias de Kruskal-Wallis e Mann-Whitney, concluiu que as variáveis Setor Construção, Internacionalização, Firma de Auditoria e Governança Corporativa estão associadas às companhias de com maiores níveis de *disclosure*. Porém, as variáveis Tamanho, Rentabilidade e Endividamento, não estavam associadas.

Semelhante à pesquisa anterior, Araújo et al. (2015) concluiu que há relação entre o nível de governança e o nível de atendimento aos itens do AVP ao utilizar o teste Exato de Fisher.

No ano 2014, similar ao ano 2013, foram encontradas diferenças estatisticamente significantes, conforme aplicação do teste de hipóteses de Kruskal-Wallis, apenas na relação número de itens do AVP e GEG, com $p=0,0436$.

Em 2015, identificou-se diferenças estatisticamente significantes entre os grupos número de itens do AVP e tamanho das empresas, com $p=0,0060$, quando da

comparação por meio do teste de Kruskal-Wallis.

A definição da amostra pode ser considerada um fator limitante, tendo em vista que ao utilizar tal amostra, os resultados podem ser considerados apenas para a amostra em estudo, e não para toda a população, obtendo-se dados maiores, podem ser verificados diferentes resultados para os métodos utilizados.

Sugere-se, para estudos futuros, aumentar a amostra da pesquisa, relacionando outros setores da BM&FBovespa e aplicar o *checklist*, a fim de analisar se outros setores possuem maior grau de evidenciação. Além disso, é possível estudar períodos atuais e utilizar outros testes não paramétricos para efetuar a análise, em vez do teste de Kruskal-Wallis, como teste de Mann-Whitney para subamostras de duas categorias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. A.; FONTANA, F. B.; MACAGNAM, C. B. Um Estudo sobre a Evidenciação do Ajuste a Valor Presente nas Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.62-80, 2013.

ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, M. C. P.; FORMIGONI, H.; NETO, O. R. M. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, São Paulo, v. 10, n. 20, p.5-19, 2012.

ARAÚJO, J. G.; PRAZERES, R. V.; ARAÚJO, J. G. N.; LAGIOIA, U. C. T.; LIMA, M. D. X. Um Estudo Sobre a Governança Corporativa e o Nível de Atendimento aos Critérios de Evidenciação do Ajuste a Valor Presente em Empresas de Construção e Transporte. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v.3, n.2, p.42-59, maio/agosto. 2015.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**, 3. edição, São Paulo: Atlas, 2010.

BOTINHA, Reiner Alves; LEMES, Sirlei. IFRS para Pequenas e Médias Empresas: Percepção Sobre a Adoção das Normas Internacionais no Brasil. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 5, n. 3, p. 117-135, 2017.

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 set 2017.

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei 6404/76, e da Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976, e estabelece às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 set 2017.

COLARES, Ana Carolina Vasconcelos; DAS CHAGAS, Ariadiny Flávia Dias.

Abordagem do ajuste a valor presente nas demonstrações contábeis de empresas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Paraense de Contabilidade**, v. 2, n. 1, p. 69-86, 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 00 (R1)**. Estrutura Conceitual Para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em 01 set. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 12**. Ajuste a Valor Presente. Brasília: 2008. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/219_CPC_12.pdf>. Acesso em 05 nov. 2016.

FREIRE, M. D. M.; MACHADO, M. R. R.; MACHADO, L. S.; SOUZA, E. S.; OLIVEIRA, J. J. Aderência às Normas Internacionais de Contabilidade pelas Empresas Brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**. Ribeirão Preto, v. 6, n. 15, p.3-22, 2012.

HENDRIKSEN, Elson S.; VAN BREDA, Michael F.. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S de. **Teoria da Contabilidade**, 10ª edição, São Paulo: ed. Atlas, 2010.

JUANIHA, Alcido Manuel. **Desafios de implementação das normas internacionais de contabilidade na educação contábil em Moçambique**. 141.f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. 2016.

MACHADO, Debora Gomes; RECKZIEGEL, Valmor; VARELA, Patricia Siqueira. Adoção do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente: Um Estudo do Impacto no Índice de Necessidade de Capital de Giro em Empresas Listadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros Bovespa SA - BM&FBovespa. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 14, n. 26, p. 263-286, 2015.

MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. A. V.; MURCIA, F. D.; MACHADO, M. R. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do valuer relevance. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v. 22, n. 57, p. 299-318, 2011.

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S. **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as sociedades. 5ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

MOREIRA, F. S.; FIRMINO, J. E.; SANTOS, A. R.; SILVA, J. D. G.; SILVA, M. C. Qualidade da Auditoria no Brasil: Um Estudo do Julgamento dos Auditores Independentes na Aderência do Ajuste a Valor Presente nas Companhias de Construção e Engenharia Listadas na BM&F-Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v.10, n. 1, p. 63-80, 2015.

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 22, n. 56, 2011.

PASINI, Adriana Kurtz. As normas internacionais de contabilidade – IFRS: Adoção no Brasil. **RISUS – Journal on Innovation and Sustainability**, São Paulo, v. 6, n. 3, p.97-117, 2015.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; CAVALCANTE, D. S.; DE LUCA, M. M. M. Análise das Práticas de Divulgação do Ajuste ao Valor Presente pelas Companhias Listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 1, p. 53-69, 2012.

SANTANA SANTOS, Edilene. Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS no Brasil: um exame dos ajustes aos resultados nas DFPs de 2008. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 15, 2012.

SANTANA SANTOS, Edilene; RODRIGUES PONTE, Vera Maria; VASCONCELOS

ROCHA MAPURUNGA, Patrícia. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 25, n. 65, 2014.

SILVA, J. P.; BONFIM M. P.; NIVAMA, J. K.; SILVA, C. A. T.. ADOPTION OF THE STANDARD IFRS AND EARNINGS QUALITY: THE EARNINGS PERSISTENCE OF LISTED COMPANIES AT BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 29, p. 46-55, 2017.

SILVA, Ricardo Luiz Menezes da. **Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Romeu Carneiro; DE MOURA SOEIRO, Tiago; DE ARAÚJO, João Gabriel Nascimento. Um estudo da adequação ao Pronunciamento Técnico CPC 12–Ajuste a Valor Presente de empresas brasileiras listadas no segmento nível 1 (n1) de Governança Corporativa da BM&Bovespa. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 209, p. 44-53, 2014.

SOUZA, F. C. O.; MAPURUNGA, P. V. R.; PONTE, V. M. R. Aderência ao Disclosure Relativo à Ajuste a Valor Presente nas Empresas Listadas na Bm&FBovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v.8, n.21, p.15-24, 2014.